

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 5**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-098-8

DOI 10.22533/at.ed.988190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PADRE RAPHAEL MARIA GALANTI: ABORDAGEM CÍVICA E JESUÍTICA DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS	
Ligia Bahia de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9881904021	
CAPÍTULO 2	14
GENEALOGIA DO <i>ETHOSEM</i> SARTRE: IMPLICAÇÕES DO ATUALISMO ONTO-FENOMENOLÓGICO NA LITERATURA E DRAMATURGIA	
Ricardo Fabricio Feltrin	
DOI 10.22533/at.ed.9881904022	
CAPÍTULO 3	28
PARA QUE FILOSOFIA? A FINALIDADE DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Ítalo Leandro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904023	
CAPÍTULO 4	38
AMBIENTE FAMILIAR LETRADO: SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Leliane Aparecida Ribeiro	
Sandra Fiorelli de Almeida Penteado Simeão	
DOI 10.22533/at.ed.9881904024	
CAPÍTULO 5	43
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DISCENTES EM UMA DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA USABILIDADE DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE	
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza	
André Ribeiro da Silva	
Cássio Murilo Alves Costa	
Maria Auristela Menezes Costa	
Jitone Leônidas Soares	
Jônatas de França Barros	
Carissa Menezes Costa	
Críssia Maria Menezes Costa	
Fernando Antibas Atik	
DOI 10.22533/at.ed.9881904025	
CAPÍTULO 6	49
ANTROPOLOGIA LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DO OLHO E DO OLHAR EM “O CORAÇÃO DELATOR” DE EDGAR ALLAN POE	
Anelliz Galvão do Amaral Giovaneti	
DOI 10.22533/at.ed.9881904026	

CAPÍTULO 7	55
ANÁLISE SOB OS CRITÉRIOS DO MEC DE UM CURSO ABERTO MASSIVO	
Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.9881904027	
CAPÍTULO 8	66
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NO FACEBOOK: COLABORAÇÃO, LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA	
Inês Cortes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904028	
CAPÍTULO 9	76
ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”	
José Ronaldo Ribeiro da Silva Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.9881904029	
CAPÍTULO 10	88
PARA UMA CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	
Jucélia Maciel do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.98819040210	
CAPÍTULO 11	91
A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAS) DO PORTO DE PARANAGUÁ- PR E AS ATUAIS DEMANDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MARÍTIMA	
Luceli Gomes da Silva Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040211	
CAPÍTULO 12	104
AS LINGUAGENS UVIVERSAIS	
Manoel Lima Cruz Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040212	
CAPÍTULO 13	117
BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR	
Flávia de Castro Caixeta Kamylla Guedes Sena Tiago Gonçalves Côrrea Fernanda Duarte Pinheiro Vanessa Arruda Pires Karina Pereira da Silva Juliana Martins de Souza Janaína Cassiano Silva	
DOI 10.22533/at.ed.98819040213	

CAPÍTULO 14 124

AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DO ARACATI/CE: DO IDEAL AO POSSÍVEL

Catarina Angélica Antunes da Silva
Gilson de Sousa Oliveira
Enéas de Araújo Arrais Neto
Tânia Serra Azul Machado Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.98819040214

CAPÍTULO 15 137

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira
Arlene Maria Soares de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.98819040215

CAPÍTULO 16 150

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA
MODALIDADE

Paula Eliane Costa Rocha
Patrícia Moraes Veado
Andrea Cristina Versuti

DOI 10.22533/at.ed.98819040216

CAPÍTULO 17 162

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O VÍDEO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Argicely Leda de Azevedo
Gerilúcia Nascimento de Oliveira
Jorgete Comel Palmieri Mululo
Polyana Milena Barros Navegante
Carolina Brandão Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.98819040217

CAPÍTULO 18 170

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA”
DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Bruno Bortoloto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.98819040218

CAPÍTULO 19 184

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À CIDADANIA TENDO AS MÍDIAS COMO FONTE DE
MANIPULAÇÃO E CONSUMISMO

Danielle Stewart Oliveira de Araujo
Ícaro Ribeiro Soares
Maria Clara Pinto Cruz

DOI 10.22533/at.ed.98819040219

CAPÍTULO 20	195
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM AULAS DE HISTÓRIA	
Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves Shirlei Alexandra Fetter	
DOI 10.22533/at.ed.98819040220	
CAPÍTULO 21	212
A MÁQUINA DISCIPLINADORA: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Ravelli Henrique de Souza Marta Regina Furlan de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040221	
CAPÍTULO 22	222
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.98819040222	
CAPÍTULO 23	233
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA PELA CRIANÇA: DIALOGANDO COM ALEXANDER ROMANOVICH LURIA	
Lorita Helena Campanholo Bordignon Marilane Maria Wolff Paim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040223	
CAPÍTULO 24	244
OS DESAFIOS DO EDUCANDO DO PROGRAMA TOPA NO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO	
Joilson Alcindo Dias Maria Aparecida da Silva Braz Vinícius Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.98819040224	
CAPÍTULO 25	254
TORNAMO-NOS ATRAVÉS DAS COISAS	
Luiz Antonio Pacheco Queiroz Willian Carboni Viana	
DOI 10.22533/at.ed.98819040225	
CAPÍTULO 26	261
A INCLUSÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA REGIONAL NOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA DISCIPLINA HISTÓRIA, EM MATO GROSSO DO SUL	
Elizabeth de Fátima da Silva Mattas	
DOI 10.22533/at.ed.98819040226	
CAPÍTULO 27	274
REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS: INOVAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO	
Edelcio José Stroparo	
DOI 10.22533/at.ed.98819040227	

CAPÍTULO 28 284

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sonia Maria Duarte Grego
Flaviana Cristine Assumpção
Eliana Curvelo
Marisa Veiga Capela

DOI 10.22533/at.ed.98819040228

CAPÍTULO 29 295

RELAÇÃO INTERSEMIÓTICA DE TEXTOS MULTIMODAIS: UM ESTUDO IDEACIONAL CONFORME AS GRAMÁTICAS *SISTÊMICO-FUNCIONAL* E DO *DESIGN VISUAL*

Jeniffer Streb da Silva
Noara Bolzan Martins

DOI 10.22533/at.ed.98819040229

CAPÍTULO 30 301

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

DOI 10.22533/at.ed.98819040230

CAPÍTULO 31 316

O SOLDADO E A BAILARINA: PRÁTICAS PSICODRAMÁTICAS NO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Manon Toscano Lopes Silva Pinto

DOI 10.22533/at.ed.98819040231

CAPÍTULO 32 325

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza
Edison Riuitiro Oyama

DOI 10.22533/at.ed.98819040232

CAPÍTULO 33 336

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIDÁTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2004-2010)

Adriana Rodrigues
Andréa Maturano Longarezi

DOI 10.22533/at.ed.98819040233

CAPÍTULO 34 348

A PROBLEMÁTICA DO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DA ESCOLA RUI BARBOSA EM PINHAL GRANDE /RS

Ivani Belenice Dallanôra
Cibele Pase Liberalesso
Marilene Scapin
Thaís Vendruscolo
Zenita Maria Uliana Posser

DOI 10.22533/at.ed.98819040234

CAPÍTULO 35 357

O VALOR DA MARCA E A PERCEPÇÃO DO INTANGÍVEL: CAMPANHAS NATURA

Daiane do Rosário Martins da Silva
Mirian Sousa Moreira
Ana Clara Ramos
Carla Mendonça de Souza
Allana Dalila Costa Rodrigues Lacerda
Liliane Guimarães Rabelo
Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.98819040235

SOBRE A ORGANIZADORA..... 368

ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”

José Ronaldo Ribeiro da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará (IFCE)

Fortaleza - Ceará

Juliane Vargas

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará (IFCE)

Paracuru - Ceará

RESUMO: Esta análise pretende demonstrar as relações de sentido estabelecidas em uma propaganda do Ministério da Educação do Governo Temer sobre a proposta da reforma do ensino médio. O trabalho toma como embasamento teórico e metodológico a Análise de Discurso Francesa de linha pecheutiana. Assim, na esteira do pensamento de Pêcheux (1995, 1997, 2002) e de contribuições de Orlandi (1997, 1999, 2012), a análise busca investigar como ocorrem os mecanismos que permitem o funcionamento desse texto-propaganda enquanto materialidade histórica e enquanto dizer eivado de ideologia, ou seja, quais são os mecanismos que nos permitem apontar para a discursividade do texto enquanto estrutura e acontecimento. A pesquisa não objetiva desvelar nenhum sentido oculto, através da análise linguística, mas proporcionar, por meio do dispositivo analítico-interpretativo, a visualização do funcionamento desse enunciado

enquanto construto não neutro, não opaco. Para atingir esses objetivos, é necessário que se abordem pressupostos da AD tais como materialismo histórico, língua e sujeito, além de outros pontos como ideologia. A análise aponta a existência de um texto monológico, com uma série de argumentos apresentados pela ideologia oficial do Estado brasileiro, com silenciamento de vozes de outros sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso. Propaganda. Ideologia. Silenciamento.

ABSTRACT: This analysis intends to demonstrate the relations of meaning established in an advertisement of the Ministry of Education of the Temer Government about the proposal of the reform of secondary Brazilian education. The work takes as a theoretical and methodological basis the French Discourse Analysis of pecheutian line. Thus, based on Pêcheux's thinking (1995, 1997, 2002) and Orlandi's contributions (1997, 1999, 2012), the analysis seeks to investigate how mechanisms that allow the functioning of this propaganda occur as a historical materiality and as an enunciation which is the result of ideology, that is, what are the mechanisms that allow us to point to the discursiveness of the text as structure and event. The research does not seek to reveal any hidden meaning, through linguistic analysis, but to provide, through the analytic-interpretative

device, the visualization of the functioning of this statement as a non-neutral construct. To achieve these objectives, it is necessary to address the French Discourse Analysis assumptions such as historical materialism, language and subject, as well as other points such as ideology. The analysis points to the existence of a monological text, with a series of arguments presented by the official ideology of the Brazilian State, with the silencing of voices of other subjects.

KEYWORDS: French Discourse Analysis. Advertising. Ideology. Silencing.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, o ensino médio brasileiro é um dos níveis que mais passam por revisões terminológicas, curriculares e ideológicas, pois, devido a questões sócio-históricas, ele se transmuta ou flutua como nível mais propedêutico ou mais profissionalizante, mais curto ou mais longo, etc. No contexto atual, da era Temer, não tem sido diferente. Novamente o ensino médio está em discussão e passa por nova reforma.

Neste trabalho, através do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa – AD, objetivamos analisar uma propaganda governamental sobre a mais recente proposta de reforma do ensino médio. A análise toma como corpus o vídeo oficial apresentado na TV aberta e coletado de um site de vídeos da internet. Além disso, trabalha com uma montagem fotográfica sequencial da apresentação da referida propaganda.

Pretende-se, através da análise, situar o texto-propaganda, conforme os pressupostos da AD, na materialidade histórica contemporânea, para descrever os mecanismos que possibilitam a funcionalidade do enunciado, ou seja, como o texto significa, dado o contexto mais amplo. Por esse movimento, buscamos captar deslizamentos de significação, esquecimentos de consciência, lacunas do dizer, que permitam a demonstração do funcionamento do discurso e da ideologia.

Para isso, não partimos de dados pré-estabelecidos, mas já consideramos, previamente que, o texto sempre revelará a não-neutralidade. Lá, encontraremos não um sentido oculto, mas um sentido possível, interpretável por meio do dispositivo que montamos na metodologia adotada. Nosso objetivo não é desmascarar o discurso, mas, apresentando seu funcionamento, chegar a uma interpretação embasada, muitas vezes não percebida por conta da opacidade discursiva.

2 | ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA – AD

O discurso é um conceito multifacetado, com rostos desenhados pela história, pelas ideologias, por fatores cognitivos e, conseqüentemente, pelo próprio sujeito. A noção inicial, elaborada por Michel Pêcheux (2002), ainda no ocaso da década de 1960 e aurora da década de 1970, é, se não um ponto de convergência, um entrelaçamento

desses e de outros aspectos, tais como texto, sentido, memória, esquecimento etc. Ao abordar a noção de discurso, Orlandi (2007), baseia-se primordialmente nos pressupostos peuchetianos e afirma que:

[...] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (p.21)

Para formatar o conceito e lançar as bases de uma disciplina que se tornaria, ao mesmo tempo, teoria e método, Pêcheux (1995, 1997, 2002) bebe diretamente na fonte de Louis Althusser (1983), e reelabora, em seu projeto, uma nova leitura do marxismo estruturalista. O autor reflete também sobre as relações entre sujeito, ideologia e língua e, para tal, propõe uma releitura crítica de Freud e Saussure. Foi da reinterpretação desses domínios intelectuais que o pensador francês conseguiu elaborar o aparato teórico-metodológico inicial da AD, com base nos três pilares: *história* (Marx), *psicanálise* (Freud) e *língua* (Saussure).

Essa fase de releituras coincide, em sua maior parte, com o que se convencionou apontar como a primeira de suas três fases. Nesse estágio, o autor se baseia muito nos pensamentos althusserianos de *assujeitamento e aparelhamento ideológico do Estado*. Pêcheux vê um sujeito completamente atravessado pelo inconsciente e pela ideologia, e suspenso historicamente já que não seria a fonte do dizer, e sofreria, ainda, um atravessamento dos *já-ditos*, da *memória discursiva*. Em outros termos, apesar de reconhecer a presença do sujeito, ele se caracteriza cindido, ou seja, não se constitui a fonte do dizer, podendo ser flagrado, no entanto, no discurso e na história, banhado pelos esquecimentos do inconsciente.

Já em sua segunda época, Pêcheux propõe várias revisões, dentre as quais se destacam o abandono da visão de máquina discursiva, e parte em busca da noção do *Outro*. Dessa época, o analista francês deixa também como legado a revisão da noção de *Formação Discursiva* (FD), de Foucault (1972) e aponta para o multiatravessamento de tais formações por outras. É nessa fase que o pensador consegue colocar a disciplina em um viés mais materialista.

A releitura da segunda época pecheutiana aponta para uma crítica mais contundente da opacidade e da imanência da língua, conforme os pressupostos saussureanos. A língua não pode ser reduzida a um sistema de interação de locutores. Ela passa a ser vista como lócus de registro, de materialidade, por guardar as ideologias de classes sociais ao longo da história. É a língua a guardiã dos processos discursivos que apontam as ideologias de classes ao longo do tempo.

Também dessa fase, Pêcheux deixa como legado a noção de esquecimento. Na verdade, trata-se de dois esquecimentos, bem especificados por Orlandi (1999) como um esquecimento linguístico ou enunciativo e um esquecimento ideológico. O esquecimento linguístico-enunciativo é o responsável por fazer o sujeito filiar-se a uma formação discursiva, pois ele acaba por selecionar elementos “já-ditos”, alhures

e em outros tempos. O sujeito, inconscientemente, dessa forma, sempre se filia a um interdiscurso, a um compilado de dizeres, sendo portanto, impossibilitado de elaborar um discurso adâmico. O outro esquecimento, do tipo ideológico, é atravessante, permeador, que revela como as ideias nos perpassam e nos filiam a diferentes posicionamentos axiológicos (BAKHTIN, 1993). O posicionamento axiológico reflete e refrata as diferentes visões de mundo, as ideologias dos grupos sociais, ou seja, “acentos apreciativos”, formas de interpretação e interação com a realidade social e histórica. Relaciona-se diretamente com o conceito de “valor”. A respeito desta temática, Bakhtin (1993, p. 79) escreveu:

“[...] tudo nesse mundo adquire significância, sentido e valor apenas em correlação com o homem – como aquilo que é humano. Todo ser possível e todo significado possível se dispõe em torno do ser humano como o único centro e o único valor [...]”.

Nesses termos, o analista francês posiciona o sujeito da seguinte forma: “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). O sujeito está entrelaçado pelo discurso, materializado na língua (enunciação) e atravessado pelas formações ideológicas.

A terceira época de Pêcheux ocorre já no início da década de 1980 e anuncia novas revisões, principalmente na aplicação das teorias de Althusser. Também nessa fase, Pêcheux demonstra certa influência de Bakhtin e seu Círculo de pensadores, ao apontar para o dialogismo enquanto acontecimento, além de se preocupar com fatores relacionados a heterogeneidades discursivas e contextos sócio-históricos que condicionam os dizeres. Ainda passa a considerar pontos abordados por Michel de Certeau, principalmente relacionados aos discursos do homem comum.

No que se refere aos dispositivos analíticos da AD, cabe ao pesquisador, em consonância com os princípios teóricos que evoca, formatar seu método, observando as categorias que melhor se prestem para a análise. Em uma análise em busca das relações de sentido, por exemplo, há de se levar em conta fatores diretamente relacionados ao objeto, tais como texto, discurso, história, condições de produção, dentre outros.

Os procedimentos de análise, em geral, passam por uma abordagem qualitativa, com passos descritivos e interpretativos. Em termos gerais, todo o processo se inicia com um problema de pesquisa, seguido pelo recorte teórico mais adequado em relação a um certo *corpus* enunciativo, capaz de fazer transparecer o discurso, com a (s) categoria (s) que se pretende avaliar.

Outro fator primordial diz respeito às condições de produção do discurso em termos de contextualização histórica, sujeito e sua posição, ou seja, quem produziu, como, para quem e por que motivações. Esses procedimentos relacionam o discurso com sua exterioridade, com a história. Segundo Orlandi (2003),

A Análise do Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórico. (ORLANDI, 1999, p. 19)

Da observação da relação entre a língua, a história e o inconsciente é que se podem “flagrar” as formações discursivas, tomando a língua como sistema de erros, falhas, esquecimentos, interação e registro de sentidos; tomando-se também a história enquanto invólucro condicional de produção e circulação de sentidos; tomando-se o sujeito enquanto posição, portanto, atravessado, ideologizado, clivado em seu dizer.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Com base nos pressupostos da Análise de Discurso Francesa de Pêcheux (1995, 1997, 2002) e de contribuições de Orlandi (1997, 1999, 2012), o trabalho possui como corpus, o vídeo da propaganda do novo ensino médio e uma figura retirada de uma reportagem, contendo o passo a passo da argumentação do governo federal para a apresentação/aceitação da reforma proposta para esse nível da educação básica.

A análise executou quatro passos metodológicos: a) descrição da situação de comunicação; b) descrição da estrutura da propaganda enquanto tópicos de abordagem do tema que constituem a teia de argumentação do interlocutor único; c) apresentação e interpretação de alguns excertos da fala do orador; d) por fim, ao lado dessa explicitação de argumentos sequenciados, houve a elaboração de um aparato interpretativo do contexto sócio-cultural englobante do país e da educação.

Conforme os pressupostos da AD, o dispositivo de teórico para amparar a análise é configurado pelo próprio analista, conforme os objetivos de seu trabalho. Orlandi (2012, p. 14) sustenta que:

De sua parte, o especialista compreende porque lê mediado por um dispositivo teórico que desloca suas maneiras de fazê-lo. A partir daí, pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história.

Desta forma, a análise, parte por um viés interpretativo, pois a interpretação é inescapável ao analista. Entretanto, a atividade interpretativa ocorre por meio de um dispositivo analítico formulado pelo especialista. Não se trata, por tanto, de interpretação textual livre. Há critérios, passos e categorias analíticas priorizadas. Esse conjunto teoria-prática permite uma leitura possível. Não se objetiva, portanto, encontrar um sentido oculto, mas demonstrar que o texto não é neutro e que há especificidades, pontos de deslizamento, de esquecimentos, de silêncios, implícitos, que significam e fazem com que o texto signifique em sua relação com a história e com os sujeitos.

4 | O DISCURSO PROPAGANDÍSTICO SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO DO GOVERNO TEMER

4.1 A situação de comunicação e inserção histórica

Ao iniciarmos a descrição da situação de comunicação estruturante da propaganda, propomos contextualizar alguns detalhes que ancoram o processo textual-discursivo e ideológico desse enunciado. Partimos, assim, de uma contextualização histórica mais englobante até chegarmos ao contexto pragmático em que o discurso propagandístico é materializado, por meio de textos oral e escrito, assim como por meio de dados imagéticos. Não nos aprofundaremos nesses meandros, entretanto, pois entendemos não se tratar do recorte objetivo deste trabalho, que envereda a análise prioritariamente por meio de dados textuais. Estudos sobre texto e imagem podem ser embasados em alguns teóricos do campo de conhecimento chamado de Semiótica, também tratada como Teoria Geral dos Signos, com Charles Sanders Peirce (1977) como um de seus principais expoentes.

Partindo de um contexto sócio-político mais amplo, podemos afirmar que o advento do Governo Temer, iniciado após o *impeachment* da ex-presidenta da república Dilma Rousseff trouxe à baila discussões em várias esferas da vida pública nacional. É nesse contexto que os antigos temas das reformas trabalhista, previdenciária e política retomaram as pautas do Congresso Nacional.

Não tem sido diferente com outros temas como saúde, segurança, infraestrutura e, obviamente, a educação, já que esta última pasta é umas das espinhas dorsais de qualquer governo, dadas seu nível de importância e interesse, além do investimento atrelado. O maior exemplo desse vento de reformas é a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que prevê o congelamento dos gastos sociais do governo federal por duas décadas.

Um dos eixos mais perceptíveis, dentro desse vasto bojo de discussões, é a chamada reforma do Ensino Médio, materializada por meio da Medida Provisória N° 746, de 22 de setembro de 2016, posteriormente convertida na Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Este dispositivo legal, conforme explicitado em seu texto, interfere diretamente na estrutura e funcionamento do Ensino Médio.

A cena enunciativa da propaganda em questão, seguindo a tela abaixo da reportagem da Jornalista Lilian Milena (2016) e o passo a passo do vídeo propagandístico, ocorre em uma sala de aula, durante uma atividade. Um jovem estudante levanta-se no meio da aula, conversa algo com a professora (subentende-se um pedido de permissão para abordar o assunto da reforma no novo ensino médio) e começa a explicar as mudanças que ocorrerão.



Figura 1 – Fotos da Propaganda do Novo Ensino Médio, proposto pelo Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho (à direita), durante o Governo do Presidente Michel Temer (à esquerda). Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/especialistas-desconstroem-propaganda-do-mec-sobre-reforma-do-ensino-medio>. Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=P_1iPX6Ui54.

O primeiro passo discursivo é uma pergunta direcionada à turma, se eles já conhecem a nova proposta e, em seguida, o estudante afirma que o assunto tem sido comentado “por todo mundo, por aí”. Logo em sequência, o estudante informa que a reforma foi baseada na experiência de países como Coreia do Sul, França, Inglaterra, Portugal e Austrália. Segundo o jovem, esses países tratam a educação como “prioridade”.

Depois disso, apresenta o argumento de que a reforma proposta deixará o aprendizado “muito mais estimulante e compatível com a realidade dos jovens de hoje”. Para aprofundar a argumentação, o interlocutor apresenta a informação de que a reforma flexibilizará a educação, pois esta contará com a chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reúne os conteúdos considerados obrigatórios e, além disso, o estudante terá a liberdade de optar por um aprofundamento maior em uma das quatro áreas de conhecimento apresentadas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Para além dessa flexibilização apresentada, o jovem ainda aponta para a possibilidade de escolha de uma formação técnica para aqueles que desejarem se preparar para o mercado de trabalho.

Por fim, o estudante convida os telespectadores da propaganda a visitarem o site do MEC para se aprofundarem mais sobre a proposta e participarem das discussões e conclui afirmando que “agora é você quem decide o seu futuro”. Enquanto o jovem discursa, a turma se mantém atenta e colaborativa, acompanhando todos os movimentos do orador. A professora mantém-se em silêncio e sentada, com expressão de satisfação a aprovação do discurso.

4.2 Aspectos discursivo-ideológicos da propaganda: O silenciamento constitutivo e interditório

Trata-se de um texto essencialmente argumentativo e explicitamente monológico. Apenas um sujeito possui a palavra e não há réplicas por partes dos demais interlocutores da situação. A sequência argumentativa apresenta a seguinte ordem: apresentação da reforma, argumento da necessidade de adesão a modelos externos bem-sucedidos, argumento do aprendizado estimulante, argumento da modernização e adequação do ensino à realidade atual, argumento da flexibilização curricular, argumento da participação na discussão. Toda essa sequência é estruturada discursivamente em algo em torno de um minuto, de forma monológica.

O silenciamento das outras vozes (alunos, professora) apontam para um cenário imaginário sem contestação em que a palavra, enquanto signo ideológico por excelência, não recebe qualquer retoque, nenhuma contraproposta ou outra valoração. Não existe problematização das ideias demonstradas expositivamente, fato que deixa o discurso homogeneizado e aponta para um cenário homolítico de aceitação. Até mesmo a profissional de educação presente à cena não esboça nenhuma colocação extra. É óbvio que a estrutura do gênero discursivo propaganda prevê um enunciado rápido (como esta propaganda de cerca de um minuto apenas). Porém, a materialização desse discurso apagou outras vozes possíveis e elegeu apenas uma entoação, apenas um acento apreciativo para ocupar a cena. Para a AD, o silêncio significa muito. Ele é considerado um movimento, um gesto estratégico. Ele pode ser definido da seguinte forma:

O silêncio é assim a “respiração” da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 1997, p.13)

O apagamento das vozes de contrapontos ideológicos foi também materializado no contexto social mais amplo, pois inúmeros profissionais e pensadores da educação apontaram que, ao eleger os cinco países listados enquanto modelos para o Brasil, o Governo, enquanto portador da ideologia oficial, apagou um imenso rol de discussões internas sobre a educação e, principalmente, sobre o ensino médio. Em outras palavras, considerando que o Brasil explicitamente copiará modelos externos, todo o pensamento nacional foi desconsiderado do processo de discussão.

ORLANDI (1997, p. 34) apresenta o silêncio como categoria analítica e propõe uma distinção. De um lado, há o silêncio fundador e, de outro, o que ela chama de silenciamento. O silêncio fundador se refere ao estatuto do silêncio enquanto significação, enquanto não-vazio, ou seja, ele quer dizer algo; o silêncio também é discurso e muito interessa à AD. O silenciamento, por sua vez, é classificado como constitutivo e local. Este último se caracteriza pelo inevitável apagamento de algo sempre que enunciamos. Trata-se de um conceito mais sintático que discursivo. Em

outras palavras, sempre que formulamos certos enunciados, deixamos de utilizar outros. Já o silenciamento local está relacionado à interdição discursiva, muitas vezes materializada na censura. Esse apagamento é proposital, planejado e tem imbricações político-ideológicas.

Essa é uma característica do discurso da propaganda do novo ensino médio. Ao enunciar, o sujeito, ou grupo de sujeitos, representantes da ideologia do governo federal e do atual Ministério da Educação provocaram esse silenciamento de interdição. Tanto a propaganda quanto a edição da medida provisória sem abertura do debate com o pensamento nacional demonstram um sujeito que ocupa um lugar de superioridade e que, portanto, não considera necessário o debate com outros atores sociais.

DE OLIVEIRA (2010), ao discorrer sobre a falta de legitimidade de grande parte das leis brasileiras, observa que estas se tornam ilegítimas por não serem observados, no ato de sua elaboração, os princípios relativos ao devido processo legislativo, quais sejam: o contraditório, a isonomia e a ampla defesa. O autor sustenta que:

Estes princípios não podem, em nenhuma hipótese, serem desprezados pelos parlamentares, pois o atual estágio democrático alcançado pelo País com a implementação do paradigma do *Estado de Direito Democrático* consagrado em nossa Constituição Federal, impõem ao legislador a obrigação de propor projetos de lei que estejam revestidos de legitimidade, ou seja, propor leis que sejam fruto de um amplo debate, repletas de discursividade, com a participação de maneira mais vasta possível daqueles que sofrerão os efeitos das normas que farão parte do ordenamento Jurídico, pois de nada vale o princípio da reserva legal se o ordenamento jurídico não for formulado por um processo legítimo.

Conforme o pensamento do autor, a falta de abertura para uma discussão mais representativa direciona muitos dispositivos legais para a ilegitimidade. No caso do texto em análise e a situação comunicativa, ocorre uma explicitação de uma relação desigual de poder em que uma ideologia oficial apaga os possíveis discursos contraideológicos. Os principais interessados, representados na propaganda pela professora em silêncio e conivente e pelos alunos “interessados” na discussão, na realidade não puderam expor quaisquer opiniões, nem de aceitação, nem de discordância. O silenciamento foi absoluto.

Ressalta-se que esse discurso de valorização de modelos externos materializa uma tendência das elites brasileiras (principalmente quando se trata de modelos advindos de nações desenvolvidas) como padrões a serem seguidos. Essa tendência é histórica e reforça a ideia de que o Brasil ainda não superou (pelo menos integralmente) sua condição subalterna de colônia. O governo explicita que o bom e agradável é aquilo que vem de fora. As correntes de pensamento das expertises nacionais foram silenciadas.

A reforma também é questionável quanto à forma de apresentação, pois ocorreu por meio de medida provisória. Esse texto legal institucionaliza a reforma sem consulta aos vários atores, como os sistemas de ensino, os profissionais, os alunos, pais e a sociedade em geral. Desta forma, o silêncio destes atores indicam o privilégio da

ideologia unilateralista do governo federal.

Outra palavra-chave da propaganda é a flexibilização do currículo. Esse argumento de que com o currículo mais flexível, o aprendizado melhorará automaticamente também pode ser questionado. Até que ponto a flexibilização curricular (que compreendemos como um fator “potencialmente” positivo) assegura maior qualidade educacional? Trata-se de uma questão meramente quantitativa, ou será que esse discurso apaga a obrigação do Estado em garantir qualidade à educação, em todos os níveis? E como essa qualidade pode ser alcançada? Acreditamos que a discussão é mais ampla e envolve outros fatores substanciais tais como estrutura das escolas públicas, formação docente adequada e qualificada, valorização do magistério, dentre outros.

O argumento da escola “mais estimulante” é apresentado também atrelado à mudança curricular. Mais uma vez, esse argumento é questionável. Pode uma mudança curricular garantir que a escola se tornará um *locus* mais interessante? A partir de quais dados estatísticos, de pesquisas de opinião, de quais discussões essa concepção foi originada? A propaganda não menciona quaisquer estudos ou discussões prévias para embasar seu ponto de vista.

Acreditamos que o interesse pela escola pública vai muito além de uma mudança curricular. Variáveis como metodologias de ensino-aprendizagem, métodos de avaliação e acompanhamento, fatores culturais, éticos e sociais, fatores econômicos e logísticos, assim como uma valorização efetiva dos profissionais da educação não foram colocados como pontos de discussão na propaganda. A única solução apontada foi a mudança curricular.

As palavras acerca da abertura de uma discussão mais ampla no site do MEC também merece atenção. Primeiro, o governo federal editou e publicou a nova legislação sem o debate prévio necessário com os atores sociais, políticos e econômicos. Abriu então a discussão, *via internet*, sobre um assunto que já fora decidido unilateralmente. Em que medida é possível atribuir o *status* de democrático para o governo Temer no que tange essa reforma?

Segundo reportagem da Revista Exame “Apesar de expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo” (2015), o país possuía em 2015 cerca de 57,8% de domicílio com acesso à internet. Comparando esses dados com países desenvolvidos, cujo índice médio é de 83,8%, os dados do Brasil são considerados baixos. Esses dados apontam que, mesmo se toda a parcela da população brasileira com conexão à internet resolvesse participar do debate, ainda assim, não estaria assegurada a ampla participação. Assim, o que o governo fez foi convocar apenas uma parcela da população para um debate nulo, sobre matéria decidida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida não teve como objetivo demonstrar alguma espécie de sentido-já-lá do texto. O objetivo, acreditamos que alcançado, foi demonstrar, por meio

da construção de um dispositivo analítico, explicitar o funcionamento do discurso, enquanto teia de sentidos. E a análise conseguiu apontar para algumas características do texto-corpus.

Em primeiro lugar, evidenciou-se que o texto é, na realidade, um monólogo em que, o portador ou porta-voz da ideologia oficial do Estado unilateralizou o enunciado. Em segundo lugar, a composição do desse texto apresentou uma sequência planejada de argumentos: apresentação; argumento (1): da necessidade de adesão a modelos externos bem-sucedidos; argumento (2): do aprendizado estimulante; argumento (3): da modernização e adequação do ensino à realidade do jovem atual; argumento (4) da flexibilização curricular; argumento (5): da participação na discussão, ou tentativa de democratização do debate.

Evidenciou-se que a propaganda silencia todas as vozes potencialmente contrárias à ideologia oficial. Ao mesmo tempo, o texto indica que o assunto é de interesse geral, pois “todo mundo por aí” estaria comentando a proposta de reforma. Na realidade o verbo “comentando” esconde um universo muito mais complexo, pois o cenário histórico do ensino médio brasileiro não é de comentário, mas de contumazes questionamentos, conforme registrado no caso das ocupações por alunos secundaristas em quase todo o território nacional.

O texto foi colocado no bojo do recorte histórico das reformas de Estado propostas pelo Governo Temer, das ocupações escolares por alunos do ensino médio, do congelamento de gastos por vinte anos e da configuração político-econômica *pós-impeachment*, ocorrido em 2016. Desta forma, podemos afirmar que no enunciado da propaganda em análise estão entrelaçados as três bases da AD: a língua, a história e o sujeito. A noção de sujeito, nesse caso é comparativa, pois contrapõe um sujeito atravessado pela ideologia oficial (O Estado) e o silenciamento dos demais sujeitos (os demais interlocutores), que tiveram suas ideologias planejadamente silenciadas.

Esse silenciamento provocado pela unilateralidade ideológica constitui uma forma de assujeitamento, conforme descreve Althusser (1983). O atravessamento ideológico do governo federal pretende, assim, através de um exterior de renovo, promover a manutenção e naturalização do *status quo*, pois um verdadeiro ensino médio somente será possível com uma reforma realmente profunda e eficaz, que contemple não apenas mudança curricular travestida de flexibilidade, mas que preveja, dentre outros aspectos, uma substancial melhora da infraestrutura da escola pública e da valorização de todos os profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítico-histórica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, M. **Para uma Filosofia do Ato**. Tradução, não-revisada e de uso didático e acadêmico, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993 [1920-24].

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

DE OLIVEIRA, S. L. T. A legitimidade das leis produzidas sob o prisma do devido processo legislativo. **Revista Jurídica Democracia, Direito & Cidadania**, v. 1, n. 2, 2010.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **A análise do discurso**: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PEIRCE, C S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

<http://jornalggn.com.br/noticia/especialistas-desconstroem-propaganda-do-mec-sobre-reforma-do-ensino-medio>. << Acesso em 28/09/2017 >>.

<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/#>. << Acesso em 28/09/2017 >>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-098-8

